

Condições gerais de contrato

1. Generalidades:

1.1.

Para todos os fornecimentos e serviços prestados, valem exclusivamente as presentes condições gerais de contrato. Em complemento às mesmas, valem também as condições de licença do fabricante, que acompanham os produtos. Todos os nomes de produtos e logotipos são propriedade dos respectivos fabricantes. As ilustrações dos produtos constituem apenas figuras de exemplo, podendo diferir dos produtos fornecidos. Com a publicação deste catálogo, todas as ofertas anteriores perdem a validade.

1.2.

Quaisquer divergências destas condições de contrato, bem como acordos adicionais ou combinações paralelas, exigem obrigatoriamente uma formulação por escrito. Em todos os casos, valem as nossas condições gerais de contrato, segundo a versão mais actualizada.

1.3.

As nossas informações e ofertas relativas aos aparelhos que comercializamos, bem como as descrições dos produtos, são fornecidas sem compromisso. Devido ao constante desenvolvimento técnico e à introdução de melhorias nos produtos, reservamo-nos o direito de introduzir modificações na construção e no acabamento dos produtos apresentados nos nossos diversos folhetos e no nosso catálogo online. Isto vale igualmente para modificações que visem à manutenção da capacidade de fornecimento. Não nos responsabilizamos por eventuais erros de impressão, ou enganos de outra natureza. O comprador está ciente de que não é obrigado a aceitar produtos que não tenha encomendado, ou que não tenha encomendado sob determinadas condições. Também aqui, vale o direito de devolução e reclamação, segundo previsto no parágrafo 5. Todas as devoluções correm por conta e risco do comprador.

1.4.

Os contratos de compra passam a valer só após a confirmação da encomenda, por escrito (basta uma comunicação por email) ou após a aceitação dos produtos pelo cliente (passado o período de reclamação e devolução). A abertura da embalagem original, inclusive da respectiva película plástica de proteção, significa que o cliente reconheceu os direitos de proteção da propriedade, as condições de prestação de serviços e as condições de licença do respectivo fabricante.

2. Preços e condições de pagamento:

2.1.

Para o fornecimento, valem os preços praticados à data da encomenda dos produtos. A moeda dos preços indicados no catálogo é o Euro (€). Os preços não incluem o imposto de valor acrescentado legal, em vigor à data da impressão. Nas facturas, além do preço líquido, são mencionados os seguintes serviços adicionais: despesas de envio, seguro, embalagem, e imposto de valor acrescentado válido à data da emissão da factura.

2.2.

Reservado o direito de alterações nos preços, que possam mostrar-se necessários devido a condições de guerra, alfândegas, taxas de importação e exportação,

controlo de divisas, alterações nas cotações cambiais, allocation ware, mercado livreiro por causa de preços tabelados, preços do dia, etc.

Os artigos eventualmente afectados por uma alteração de preço serão assinalados nas facturas por meio de um asterisco (*). Todas as devoluções de artigos devem obrigatoriamente ser feitas com a embalagem original.

2.3.

No caso de fornecimentos contra facturas em aberto (serviços públicos, firmas) as mesmas são pagáveis sem desconto, vencendo 7 dias a contar após a data da factura.

No caso de atraso no pagamento, temos o direito de aplicar juros de mora da ordem de 5%, calculados segundo a respectiva base de juro divulgada pelo Deutsche Bundesbank (Banco Central Alemão).

No caso de atraso no pagamento, temos o direito de negar quaisquer fornecimentos adicionais ao cliente, inclusive aqueles relacionados com outras condições contratuais. Não nos responsabilizamos por eventuais perdas e danos derivados destes não-fornecimentos.

Valor de encomenda mínimo

Nacional (Alemanha): € 25,- Internacional: € 50,-

Tarifa básica de envio (até 10 kg, nacional), geral: € 7,95

Tarifa básica de envio (até 20 kg, nacional): segundo os custos.

Internacional: calculado após consulta

2.4.

Até à liquidação total das dívidas resultantes do contrato, o produto objecto da venda permanece propriedade do vendedor. No caso do comprador ser comerciante, ao qual pertencem os produtos objecto do contrato e que servem para a realização das suas actividades comerciais, os produtos permanecerão propriedade do vendedor, até que estejam liquidadas todas as condições estatuídas pelo vendedor, derivadas da relação comercial, inclusive dos direitos que possam surgir no futuro, e também de contratos fechados na mesma ocasião ou em data posterior.

O comprador tem o direito de revender, por meio de operação comercial legal, os produtos que tenha comprado. Entretanto, por motivos de segurança, ele passa desde já os pagamentos exigíveis pela revenda, até ao valor do preço de revenda em aberto, para o vendedor. No quadro das suas operações comerciais normais, o comprador tem o direito de exigir os respectivos pagamentos. No caso de um interesse legítimo – especialmente no caso de atraso de pagamento, suspensão de pagamentos, etc. – o vendedor pode abolir esta permissão. Não é permitido ao comprador trespassar a título de garantia, ou penhorar, os produtos sob reserva de domínio. No caso de uma penhora ou qualquer outra intervenção por terceiros, o comprador é obrigado a informar os mesmos imediatamente que o vendedor é o detentor real da propriedade, bem como a informar o vendedor por via telefónica ou telegráfica, e em seguida por escrito, acerca da respectiva operação.

No caso de manipulação, conexão ou mistura com outros produtos que não sejam propriedade do cliente, assiste ao vendedor o direito de copropriedade nos novos bens, na proporção do valor de factura dos produtos do vendedor, em relação a esses outros produtos, à data da manipulação, conexão ou mistura. No caso de um comportamento doloso e contrário ao contrato, por parte do comprador, especialmente no caso de atraso no pagamento, o vendedor tem o direito de revogar os produtos sob reserva.

3. Garantia:

3.1.

No caso dos produtos apresentarem danos, ou faltarem determinadas qualidades consignadas aos mesmos, o vendedor, conforme sua melhor decisão e sem afectar quaisquer outros direitos de garantias do comprador, fornecerá uma reposição ou oferecerá a recomposição das eventuais deficiências.

No caso de um definitivo malogro nas operações de recomposição, ou após a reposição, o comprador poderá exigir uma redução no pagamento ou, segundo seu critério, uma anulação do contrato.

Defeitos evidentes deverão ser comunicados por escrito, no prazo de 2 semanas após o fornecimento. Se o comprador não cumprir com esta obrigação, todos os direitos de prestação de garantia pelo revendedor ficam sem efeito. O vendedor pode exigir uma indemnização pelas suas despesas, uma vez que tenha intervido por causa de uma comunicação de falha, por parte do comprador, sem que o comprador tenha comprovado a existência real de uma falha. Para este caso, valem as respectivas listas de preços para trabalhos de manutenção. Quanto a produtos usados, fica anulada qualquer garantia.

4. Indemnização por danos:

4.1.

Os direitos a indemnização por danos derivados de infracção positiva ao contrato, culpabilidades no momento de conclusão do contrato e actos não permitidos, ficam excluídos tanto em relação ao vendedor como também em relação ao seus auxiliares e encarregados executivos, desde que os danos não tenham sido provocados premeditadamente ou por negligência.

Isto não vale no caso de infracção das obrigações contratuais essenciais. Outrossim, isto não vale para reivindicações de indemnizações por danos, derivadas de asseguramentos de qualidades, os quais o comprador deverá realizar devido ao risco de danos derivados de vícios.

5. Direitos e obrigações:

5.1.

Sem a concordância do vendedor, o comprador não tem o direito de passar para terceiros os direitos e obrigações previstos por este contrato.

6. Validade:

6.1.

No caso de alguma disposição nestas condições contratuais ser, ou passar a ser, ineficaz, isto não afectará de qualquer modo a validade das demais disposições.

Para todos os conflictos eventualmente derivados deste contrato, e desde que as partes contratuais sejam negociantes de direito, pessoas jurídicas do direito público, ou patrimónios autónomos juspublicísticos, o local de cumprimento dos negócios jurídicos, bem como o tribunal competente exclusivo, será a sede do vendedor. Aplica-se exclusivamente o direito válido para a República Federal da Alemanha.